

Paulo Freire: etnoconhecimento, interculturalidade e emancipação na teoria e na prática educativas

ANTÔNIO JOAQUIM SEVERINO¹

Resumo

O artigo visa mostrar que o pensamento freiriano é pioneiro na adoção da perspectiva decolonizante e intercultural na abordagem filosófica da educação, constituindo-se em uma prática de etnoconhecimento e de interculturalidade. Como tal, posiciona-se como precursor do movimento de decolonização do pensamento latino-americano, em uma nova perspectiva epistemológica, que busca dar voz aos povos colonizados oprimidos, convergindo particularmente para a filosofia da libertação, conceituada por Enrique Dussel. Paulo Freire pensa na educação como prática e diálogo interculturais, comprometendo-se com a proposta de libertação, entendida como emancipação humana.

Palavras-chave: Paulo Freire. Enrique Dussel. Filosofia da libertação. Interculturalidade. Emancipação.

Paulo Freire: ethnocognition, interculturality and emancipation in educational theory and practice

Abstract

The essay aims to show that Freirian thought is a pioneer in adopting the decolonizing and intercultural perspective in the philosophical approach to education, constituting itself as a practice of ethnocognition and interculturality. As such, it positions itself as a precursor to the movement to decolonize Latin American thought, in a new epistemological perspective, which seeks to give voice to oppressed colonized peoples, converging particularly with the philosophy of liberation, conceptualized by Enrique Dussel. Paulo Freire thinks and practices

education as intercultural practice and dialogue, committing himself to the liberation proposal, understood as human emancipation.

Keywords: Paulo Freire. Enrique Dussel. Philosophy of liberation. Interculturality. Emancipation.

Paulo Freire: etnoconocimiento, interculturalidad y emancipación en teoría y práctica educativas

Resumen

El ensayo pretende mostrar que el pensamiento freiriano es pionero en adoptar la perspectiva descolonizadora y intercultural en el enfoque filosófico de la educación, constituyéndose como una práctica de etnoconocimiento e interculturalidad. Como tal, se posiciona como un precursor del movimiento para descolonizar el pensamiento latinoamericano, en una nueva perspectiva epistemológica, que busca dar voz a los pueblos colonizados oprimidos, convergiendo particularmente con la filosofía de la liberación, conceptualizada por Enrique Dussel. Paulo Freire piensa y practica la educación como práctica intercultural y diálogo, comprometiéndose con la propuesta de liberación, entendida como emancipación humana. Palabras clave: Paulo Freire. Enrique Dussel. Filosofía de la liberación. Interculturalidad. Emancipación.

Introdução

Quando se revisita, no contexto cultural brasileiro, a experiência do pensamento filosófico, em geral, e do pensamento filosófico-educacional, em particular, constata-se que essas formas de pensar pura e simplesmente retomam as matrizes epistemológicas geradas na cultura europeia (SEVERINO, 1994; DOMINGUES, 2017; MARGUTTI, 2013).

O que ocorreu com a prática da filosofia no Brasil, bem como com a prática da filosofia da educação, ao longo dos seus 500 anos de existência histórica, desvela claramente esse processo de mera transposição cultural. A produção filosófica brasileira, de modo geral, em sua forma hegemônica, deu-se como retomada dos paradigmas filosóficos centro-europeus, inicialmente, e anglo-saxônicos, posteriormente, importados como qualquer outro produto fabricado no exterior. Isso quer dizer que a experiência filosófica brasileira não ocorreu nem vem ocorrendo como uma experiência etnofilosófica.

Isso significa que esse pensar tem ignorado o seu enraizamento sociocultural. Ao impor, em conjunto com seus instrumentos técnicos, seus procedimentos econômicos, suas instâncias políticas de poder e sua cultura metropolitana, o colonizador não respeitou nem resguardou, muito menos estimulou, os elementos culturais das populações nativas (SEVERINO; MARCONDES, 2019). Essa atitude vem sendo considerada hoje como um epistemicídio, conceito criado por Sousa Santos e Menezes (2010) para designar o sufocamento de culturas locais, nas sociedades colonizadas, particularmente de sua expressão propriamente epistêmica, ocorrendo a desqualificação, a negação, quando não a destruição das manifestações dos saberes locais. Assim sendo, além de frequentes e violentos etnocídios, da extorsão econômica e da opressão política, as sociedades periféricas colonizadas sofreram também a inviabilização de sua produção subjetiva. Essa categoria expressa bem o que ocorreu com a cultura, em geral, e com a filosofia, em particular, na história do Brasil.

O contexto político-social do Brasil

Na esfera do desenvolvimento político e econômico, do período colonial aos dias de hoje, o que ocorreu no Brasil foi a implantação do capitalismo monopolista, que levou a uma organização econômica, de lastro capitalista, sob um clima político de mandonismo interno das elites nacionais e da dominação externa dos grupos internacionais (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007).

A configuração da realidade histórico-social do atual contexto brasileiro é aquela de um consolidado modelo neoliberal no plano econômico e político, sustentado, no plano ideológico, pelo neoliberalismo. Isso impôs ao país uma configuração socioeconômica na qual as condições de vida da imensa maioria da população continuam extremamente precárias. Na verdade, o aclamado processo de globalização da economia parece universalizar as vantagens do capital produtivo e as desvantagens do trabalho assalariado. O raio X da realidade social brasileira mostra o quanto a vida da maioria da população é ainda degradada nas relações de trabalho, o quanto é oprimida nas relações sociais e o quanto é alienada nas suas relações com o universo simbólico da cultura (SEVERINO, 1986, 2001).

Por neoliberalismo entende-se, neste artigo, uma abrangente expressão ideológica articulada a um complexo conjunto de dimensões econô-

micas, políticas, sociais e culturais. Trata-se, com efeito, daquele conteúdo de pensamento que visa dar sustentação e legitimação teóricas às práticas efetivamente implementadas na condução da vida real das sociedades que vivem sob o modo de produção capitalista, ainda hegemônico nos dias atuais, e que passa por intenso e extenso processo de globalização econômica e cultural. Assim, o neoliberalismo, como construção ideológica, vincula-se intimamente ao capitalismo, em sua realidade globalizante atual, de perfil prioritariamente financeiro. Apresenta-se então como uma teoria da economia política de acordo com a qual o melhor desenvolvimento humano, tanto no âmbito coletivo como no plano individual, é aquele que se daria mediante a plena liberação da capacidade das pessoas para conduzir todas suas iniciativas, guiando-se tão somente pelas leis do mercado, quaisquer que sejam as esferas das condutas. Por isso mesmo, a vida das sociedades deve regular-se pelas injunções do mercado, cujas mãos invisíveis seriam mais que suficientes para a condução da história humana. Em decorrência dessa autonomia do mercado (instância econômica), o Estado (instância política) deve dedicar-se exclusivamente a garantir condições objetivas para o melhor funcionamento do referido mercado, abdicando-se, no entanto, de intervir nele, seja por não possuir todas as informações sobre ele, seja porque sua intervenção poder introduzir distorções indevidas que perturbariam seu funcionamento (TEODORO, 2011).

Em sua expressão ideológica, o neoliberalismo apresenta-se como força de convencimento de todas as sociedades históricas e de todas as pessoas de que tal entendimento da realidade humana é o único possível e, portanto, o único verdadeiro, não havendo outro caminho para a condução da história humana. Por isso, ao mesmo tempo que seus agentes hegemônicos vão impondo práticas socioeconômicas, políticas e mesmo culturais estreitamente moldadas por essas características, seus defensores intelectuais estimulam e divulgam justificações teóricas que legitimam essa opção. Tais justificativas apresentam princípios supostamente universais, como se fossem válidos e inquestionáveis, únicos caminhos de sobrevivência da humanidade.

Respalda essa legitimação o significativo desenvolvimento tecnológico que alavanca a produção de bens e serviços, bem como assegura a superação dos limites de tempo e espaço, levando à ruptura de todas as fronteiras entre as comunidades humanas da atualidade. Estaríamos vivendo um momento de plena revolução tecnológica, capaz de lidar com a produção e

transmissão de informações em extraordinária velocidade, em um processo de globalização não só da cultura, mas também da economia e da política. Trata-se de um momento marcado pelo privilegiamento da iniciativa privada, pela minimalização da ingerência do Estado nos negócios humanos, pela maximalização das leis do mercado, pela ruptura de todas as fronteiras.

No entanto, esse modo de ver e existir atuais, assim de perfil assumidamente neoliberal, com suas decorrências e expressões no plano cultural, com sua exacerbação do individualismo, do produtivismo, do consumismo, da indústria cultural, da mercadorização até mesmo dos bens simbólicos, não representa transformação substantiva da realidade histórico-social. Com efeito, o que está de fato acontecendo é a plena maturação das premissas e promessas do capitalismo liberal instaurado na modernidade. O que se tem, de fato, é a expansão e a consolidação do capitalismo, em volta em uma aura ideológica de liberalismo extremado; a tecnicização de toda a capacidade produtiva dos homens viabilizou-se pela revolução informacional, então o individualismo egoísta se reforça.

Dada essa situação, o conhecimento, em geral, e a educação, em particular, são interpelados com relação a seu papel histórico. Foi a tomada de uma intensa consciência do caráter opressor dessa situação, da condição alienada em que se encontrava a maioria da população latino-americana que suscitou em Paulo Freire o compromisso com a exigência de uma prática libertadora.

A perspectiva filosófico-educacional de Paulo Freire

O investimento teórico e prático de Paulo Freire, todo ao longo de sua vida dedicada à educação, implicou uma permanente crítica e rejeição a essa situação, uma vez que avaliava não ser possível a existência de sujeitos autônomos, emancipados e livres, se suas vidas continuassem submetidas às injunções desse contexto. Por isso, seu pensamento e sua prática envolveram sempre um exigente compromisso com a emancipação.

Por isso mesmo, quando se fala de emancipação, no contexto da filosofia da educação latino-americana, logo se destaca o nome de Paulo Freire como um dos instauradores da filosofia da libertação. Seu pensamento é marcado por significativa autonomia diante dos paradigmas da filosofia eurocêntrica que, desde os tempos coloniais, vinha influenciando o modo de pensar dos povos latino-americanos. Em decorrência desse seu posiciona-

mento, tornou-se uma das principais referências dos que buscam entender o conhecimento como ferramenta de emancipação das pessoas. Paulo Freire é bem reconhecido como grande educador no seio da comunidade acadêmica e das instituições culturais, não só do Brasil e da América Latina, mas de todo o mundo, embora, no contexto nacional, não seja comum incluí-lo no rol dos filósofos da educação (SEVERINO; ROMÃO, 2019).

Tornou-se, assim, um dos pioneiros da prática etnofilosófica e intercultural no Brasil, postura essa imprescindível para sustentar uma educação emancipadora.

Com efeito, para levar adiante o seu mister histórico de construir um sentido para a educação a ser praticada no contexto da sociedade, a filosofia da educação precisa tornar-se expressão de uma modalidade de etnoconhecimento e como diálogo intercultural e, conseqüentemente, assumir compromisso com a luta teórica e prática pela libertação humana. O seu filosofar deve ser compromissado com a proposta da libertação, entendida como emancipação humana. Trata-se, para um filosofar autêntico, de assumir um compromisso denso com a causa da emancipação, articulando suas dimensões ética e política, não só no posicionamento prático do filósofo como pessoa, mas também no seu discurso teórico (SEVERINO; MARCONDES, 2019).

No que concerne à experiência latino-americana, a filosofia da libertação nasce do reconhecimento, por parte de pensadores dessa região, da condição de dominação pelo colonizador metropolitano, condição que incluiu a imposição também de um pensamento filosófico, fundado na logosfera europeia, que sufoca e desqualifica o pensamento local, operando um verdadeiro epistemicídio do pensamento nativo. Para se libertar, para se emancipar, os povos oprimidos precisam também libertar seu pensamento das malhas do pensamento dos dominadores. Precisam evitar todas as formas do epistemicídio que acompanhou o processo da colonização.

Por tudo isso, sob sua tríplice dimensão (epistemológica, axiológica e antropológica), essa nova perspectiva filosófica implica igualmente um compromisso especificamente político-pedagógico por parte do pensamento filosófico-educacional. A destinação da filosofia, em sua dimensão educativa, criticamente concebida e praticada, não pode ser outra a não ser a de contribuir para subsidiar as novas gerações, às quais cabe construir uma civilização mais feliz. E ela só poderá fazer isso se vier a se compromissar com um processo pedagógico e político de emancipação

dos homens historicamente situados, daí o compromisso de se engajar em uma tarefa educacional e política consistente, compartilhando o projeto de assumir a complexidade da condição humana, propondo a se praticar como sustentadora de uma modalidade de etnoconhecimento e como uma abordagem intercultural do conhecimento.

Paulo Freire, partindo da mesma condição de dominação em que se encontram os sujeitos latino-americanos, menos preocupado em criticar a filosofia ocidental eurocêntrica, explora suas contribuições afirmativas, colocando-as a serviço da elaboração de uma proposta educativa emancipadora. Recolhe inspirações humanísticas da fenomenologia, do existencialismo, do personalismo, do hegelianismo, do marxismo e da teoria crítica da sociedade (POLLI, 2012). Sem dúvida, procura exorcizar o idealismo que espreita essa tradição da cultura filosófica europeia. Sua proposta também é eminentemente pedagógica no sentido de que, mediante uma ação cultural para a libertação, pode levar a consciência do oprimido ao nível da criticidade. Mas essa consciência crítica não pode existir de forma intelectualista, puramente teórica; ela precisa enraizar-se na práxis, sendo ação-reflexão. Demanda de compromisso político-social, de engajamento histórico. Consciência de classe não é só sensibilidade de classe. Só que o conhecimento não se dá espontaneamente, naturalmente; ele é resultante de um processo de interação social, o que lhe coloca em uma perspectiva de interculturalidade (FORNET-BETANCOURT, 1994).

Daí a extrema importância da educação como prática sociocultural, como interação permanente entre os sujeitos. Seu pensamento libertador implica um método aplicado de ação emancipatória, um método de libertação popular, cuja característica fundamental é a dialogicidade educador-educando, mediada pelo conhecimento que ambos podem desenvolver enquanto sujeitos livres e que é problematizador por excelência. Paulo Freire vê sua metodologia pedagógica como uma mediação para o compartilhamento de uma intencionalidade. A pedagogia do oprimido deve colocar educadores e educandos em processo de conhecimento da realidade, de forma desveladora e crítica, e de frente às perspectivas de um projeto emancipatório (FREIRE, 1987, 2011; ANDREOLA, 2010; POLLI, 2012).

Trata-se de uma aguda sensibilidade problematizadora, que se expressa mediante o questionamento do sentido do humano, em sua relação com o mundo, que se dá pelo conhecer e pelo agir. O filósofo é aquele sujeito cujo pensamento nasce e se desenvolve movido por uma inexo-

rável indagação a respeito da condição humana. É unicamente sob esse aspecto que se pode caracterizar a filosofia como uma *démarche* universal, na medida em que ela se põe ao espírito independentemente de suas coordenadas concretas, de tempo e de espaço. O que cabe afirmar então é que universal é a problematização filosófica, enquanto a resposta que o filósofo pretende lhe dar precisa ser necessariamente particular.

Assim, mobilizar-se pela busca do sentido do existir – preocupação ontoantropológica –, pela busca das vias de acesso a esse sentido – preocupação com o conhecimento (dimensão epistemológica) – e pela legitimação do agir – preocupação com os fundamentos da prática (dimensão axiológica) – constitui os próprios pilares estruturais do filosofar. E a compreensão do sentido da educação, a ser buscado pela filosofia da educação, coloca-se nessa mesma trajetória, situando à luz do sentido da pessoa humana (SEVERINO, 2001)

Mas, obviamente, não há como abordar o homem, seu conhecimento e sua ação, buscando desvendar o seu sentido – situação vista como se fosse uma dimensão transcendente –, sem considerar sua imanência radical nas coordenadas do espaço e do tempo. Espaço social e tempo histórico. Nas malhas do social, na temporalidade histórica, na praxidade real. Na profunda encarnação do existir humano. Sem essa adequação, o pensamento filosófico não iria além de uma formulação abstrata, apriorística e idealista, situações que mostram que não faltam numerosos exemplos na história da filosofia.

Foram a opção e a trilha seguidas por Paulo Freire. Suas obras expressam uma profunda sensibilidade ao humano, cobrando um compromisso de emancipação diante de todas as formas de sua degradação; uma vigilante atenção aos processos de conhecimento, seja na busca de seus caminhos, seja na denúncia de seus desvios ideológicos. E o que não dizer de suas exigentes buscas de coerência entre a prática e os valores éticos e políticos que a devem presidir!

Pode-se então compreender seu pensamento como

resultado de sua posição humanista, conectiva, enquanto busca constante da superação das estruturas de dominação e que, por essa razão, resulta da atitude dialógica, base fundamental das experiências vividas, fruto de um modelo de racionalidade fundado na cooperação e na busca de um entendimento intersubjetivo (POLLI, 2012, p. 88).

Caminhando com a filosofia da libertação de Enrique Dussel

Quando se fala de libertação, no contexto da filosofia da educação latino-americana, os nomes de dois grandes pensadores da educação se destacam: Enrique Dussel e Paulo Freire. No contexto da cultura filosófica relacionada à educação na América Latina, despontam como significativos instauradores de uma perspectiva explícita da libertação. Por isso, seus pensamentos são marcados por significativa autonomia em relação aos paradigmas da filosofia eurocêntrica que, desde os tempos coloniais, vinha influenciando o modo de pensar dos povos latino-americanos. Em decorrência desse seu posicionamento, tornaram-se referências fundamentais para os que buscam entender o conhecimento como ferramenta de emancipação das pessoas. Daí suas perspectivas etnofilosóficas e interculturais, com significativo papel germinal na construção da proposta decolonizante do pensamento latino-americano.

Embora trabalhando com posturas teórico-metodológicas diferentes, eles se encontram irmanados em uma mesma tarefa. Daí a identificação de uma forte convergência entre as duas propostas filosófico-educacionais, na medida em que se nutrem de experiências humanas históricas comuns, além de se abastecerem em referências teóricas próximas. Ambas têm um mesmo ponto de partida: a condição histórico-social do povo latino-americano enquanto inserido na periferia do centro dominador do conjunto civilizatório ocidental. Trata-se da mesma referência histórico-antropológica. A libertação é pensada e proposta com o reconhecimento e a afirmação dessa inserção umbilical. Tanto assim que não negam a tradição filosófica europeia, e, embora ambas as propostas envolvam uma crítica que implica uma superação, os pressupostos fundantes encontram nutrientes nessa mesma tradição.

Igualmente compartilham o alicerce comum que dá construção do edifício de seus pensamentos: a concepção humanista que surgiu e se consolidou na tradição filosófica ocidental, em que pesem os compromissos perturbadores que obscureceram o reconhecimento da dignidade humana em questão e todas as críticas que a filosofia contemporânea tem dirigido ao humanismo, em geral, e ao humanismo de Paulo Freire, em particular (BRAYNER, 2017).

No entanto, a retomada desse vínculo é feita de maneira diferenciada. Enquanto Dussel, de forma mais sistemática, busca realizar um confronto

teórico mais direto com essa tradição, em um certo sentido voltando a suas raízes, como que buscando uma reorientação, uma reconstituição de caminhos, Paulo Freire, mais sensibilizado aos desafios da prática, busca desvendar os meandros, as nervuras concretas da dominação, busca operar o processo emancipatório em ato. Daí a razão pela qual seu método de incursão histórica se realiza fundamentalmente pela mediação da educação como prática da liberdade (CINTRA, 1998; GADOTTI, 1996).

Enrique Dussel, para fazer a crítica radical à cultura filosófica ocidental, ataca o que considera seu cerne, a categoria da totalidade da qual, na sua leitura, nem mesmo o método dialético deu conta de fazer o necessário exorcismo. Por isso, propõe sua analética, de acordo com a qual um projeto de libertação não é a prolongação do sistema unívoco, mas a recriação a partir da revelação e do reconhecimento do excluído. A dialética da totalidade acaba expressando um movimento de imposição, de dominação do todo sobre as partes, enquanto a analética leva ao justo crescimento da totalidade, mas sempre desde um outro, que é o destino do serviço criativo.

Por isso mesmo, a categoria fecundante é a da exterioridade, da alteridade, que permanentemente relança a totalidade a um busca de um novo fundamento. A presença permanente da alteridade questiona, a cada momento, o absolutismo da totalidade. Dussel, sensibilizado eticamente pela condição de dominação que sufoca historicamente o outro, defende que o filósofo precisa compromissar-se com sua libertação, fazendo de seu pensar uma analética pedagógica de libertação. Assim, o que se espera de toda filosofia é a doação da palavra a todo ser a quem é negada a autonomia, viabilizando sua condição de sujeito; ela é um permanente pôr em crise o seu discípulo, explicitando-lhe as amarras da dominação e indicando-lhe o valor de seus gestos reinstauradores. Nesse sentido, Dussel entende a filosofia como fundamentalmente magistério, ou seja, exercício de uma função crítico-libertadora, e não tomada e exercício do poder político. Distingue claramente as duas funções, reconhecendo ambas como necessárias, mas sempre cumprindo papéis distintos (DUSSEL, 1977; SCHNORR, 2006; POLLI, 2012).

Inspirado conceitualmente pelas teorias da pedagogia da libertação, da filosofia da libertação e da teologia da libertação e pelas experiências libertadoras,

Freire construiu uma pedagogia em bases antropológicas, um humanismo pedagógico, colocando, na autonomia do sujeito e na sua relação de diálogo com os outros, o meio para a sua realização pessoal e para a tomada de consciência frente ao mundo (POLLI, 2012, p. 89).

Nas bases da proposta de construção de sua ética universal do ser humano, que articula liberdade, autonomia e justiça, emerge uma intencionalidade imprescindível, “a transformação das realidades opressoras, a partir de uma solidariedade intersubjetiva, oposta diametralmente às formas de individualização da vida” (POLLI, 2012, p. 91).

Considerações finais

Tanto em Enrique Dussel como em Paulo Freire, encontram-se três dimensões, integradas entre si, que constituem os pilares dessa atividade subjetiva que é tida, culturalmente, como filosófica. Em primeiro lugar, está em pauta uma aguda sensibilidade problematizadora, que se expressa mediante o questionamento do sentido do humano, em sua relação com o mundo problemático da existência, que interpela incessantemente o sujeito cognoscente encarnado na imanência.

Mas, para mobilizar-se pela busca do sentido do existir (preocupação ontoantropológica), é preciso que o filósofo se assegure da pertinência, da consistência e da coerência das estratégias subjetivas postas em atividade para acessar esse sentido. É a permanente inter-pelação epistemológica, preocupação com a possibilidade e alcance do conhecimento humano.

Além disso, é preciso ainda se ocupar da legitimação do agir, preocupar-se com os fundamentos da prática. Esta dimensão axiológica, a da sensibilidade aos valores, está sob a premissa de que não se pode construir a humanidade do homem, atribuir-lhe um sentido se não se pautar também por uma sensibilidade eminentemente ético-política que possa sustentar uma praxidade emancipatória no processo educativo.

Ora, não há como negar a presença dessa articulação nas obras de Enrique Dussel e de Paulo Freire, o que os legitima como autênticos praticantes da filosofia. As teorias da aprendizagem que subjazem a suas metodologias pedagógicas implicam uma sólida teoria do conhecimento. Toda teoria da aprendizagem se sustenta em uma teoria do conhecimento.

A transformação social possível advém da intenção humanizadora, a partir do ato coletivo de promoção da conscientização. Essa conscientização, tomada como ação cultural para a liberdade, pode promover a emancipação gradual, na medida em que comporta tanto a capacidade de compreensão teórica sobre a realidade, quanto a ação mobilizadora para a transformação (POLLI, 2012, p. 97).

Mas todo esse encaminhamento não se faz no abstrato. Está em pauta a condição de um ser humano historicamente situado, o homem latino-americano, de aqui e agora, envolto em desafios histórico-sociais bem concretos.

A posição teórica de Paulo Freire, a sustentar sua descrição da condição do oprimido, bem como sua proposta de emancipação deste, mediante uma prática pedagógica conscientizadora, não nega, em absoluto, a realidade da dominação de classe social. Ao contrário, ela a pressupõe, reconhecendo sua absoluta presença histórica, que não pode ser desconhecida nem negada pelo mais ferrenho idealismo. Sem adotar a exata nomenclatura da análise marxista, Freire descreve o efetivo resultado da opressão das classes sociais tal como ele manifesta em sua expressão real mais concreta, ao impregnar a vida cotidiana das pessoas oprimidas.

Recebido em: 12/08/2019

Revisado em: 06/09/2019

Aprovado em: 29/10/2019

Notas

1 Professor titular aposentado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNINOVE. E-mail: ajsev@uol.com.br

Referências

ANDREOLA, Balduino; HENZ, Celso Ilgo; KRONBAUER, Luiz Gilberto. Paulo Freire e o pensamento latino-americano. In: STRECK, Danilo *et al.* (org.). **Leituras de Paulo Freire: contribuições para o debate pedagógico contemporâneo**. Brasília: Liber Livro, 2010. p. 39-56

BRAYNER, Flávio. “Paulofreireanismo”: instituindo uma teologia laica? **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 70, p. 851-872jul./set. 2017.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una deversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CINTRA, Benedito. **Paulo Freire entre o grego e o semita**: educação, filosofia e comunhão. Porto Alegre: EDPUCRS, 1998. (Coleção Filosofia, 83).

DOMINGUES, Ivan. **Filosofia no Brasil**: legados e perspectivas – ensaios metafilosóficos. São Paulo: Editora UNESP, 2017

DUSSEL, Enrique. **Introducción a una filosofía de la liberación latinoamericana**. Cidade do México: Editorial Extemporâneos, 1977.

FORNET-BETANCOURT, Raul. **Questões de método para uma filosofia intercultural a partir da Ibero-América**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1994.

FREIRE, Paulo. **Educação e conscientização**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir (org.). **Paulo Freire**: uma biobibliografia. São Paulo: Cortez/IPF/UNESCO, 1996.

MARGUTTI, Paulo. **História da Filosofia no Brasil**. vol. 1. O período colonial (1500-1822). São Paulo: Loyola, 2013.

POLLI, José. **Freire, Habermas e o horizonte da emancipação**. Jundiá: In House, 2012.

SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SCHNORR, Giselle M. **Filosofia no ensino médio**: reflexões a partir de uma experiência filosófica libertadora. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, sujeito e história**. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

SEVERINO, Antonio Joaquim; MARCONDES, Ofélia Maria. **Filosofia da Educação na América Latina**: aproximações, diálogos, perspectivas. São Paulo: Cartago Editorial, 2019.

SEVERINO, Antonio Joaquim; ROMÃO, Natatcha. Posições decolonizantes no pensamento filosófico-educacional no Brasil. *In*: SEVERINO, Antonio Joaquim; MARCONDES, Ofélia Maria. **Filosofia da Educação na América Latina**: aproximações, diálogos, perspectivas. São Paulo: Cartago Editorial, 2019. p. 202-236.

TEODORO, António. **A educação em tempos de globalização neoliberal**. Os novos modos de regulação das políticas educacionais. Brasília: Liber Livros, 2011.